

GCB Securitizadora II S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2024.

GCB Securitizadora II S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Relatório da administração	6
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13



Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Acionistas e Administradores da

GCB Securitizadora II S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **GCB Securitizadora II S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GCB Securitizadora II S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações envolvendo partes relacionadas

Conforme nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou transações com partes relacionadas. Caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros (parte não relacionada), a situação patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, bem como o seu resultado apurado para o exercício findo nessa data, poderiam ser substancialmente diferentes. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva acerca desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por nós ou por outro auditor independente.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

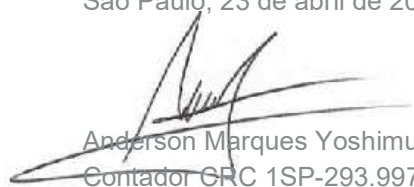
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2025.



Anderson Marques Yoshimura
Contador CRC 1SP-293.997/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7



Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da GCB Securitizadora II S.A. (“Companhia”) apresenta-lhes o presente Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.

Ressaltamos que a RSM Brasil Auditores Independentes Ltda não prestou nenhum outro serviço para Companhia além de auditoria externa e nem possui qualquer outro tipo de vínculo com a Companhia ou com seus administradores.

A administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao segmento, e que são autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários.

Esclarecemos que as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), observando as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 11.638/07”).

No exercício contemplado pela presente auditoria externa, a Companhia encerrou o exercício com um ativo total de R\$ 1.284 mil (um milhão e duzentos e oitenta e quatro mil reais), enquanto o passivo total foi de R\$ 140 mil (cento e quarenta mil reais), o que representa um excedente de total de ativo sobre total de passivo de R\$ 1.144 mil (um milhão e cento e quarenta e quatro mil reais).

A Companhia encerrou o exercício com um patrimônio líquido total de R\$ 1.144 mil (um milhão e cento e quarenta e quatro mil reais), composto por um capital social de R\$ 5 mil (cinco mil reais), adiantamentos para futuros aumentos de capital de R\$ 2.499 mil (dois milhões e quatrocentos e noventa e nove mil reais).

A Diretoria enfatiza que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e honrar com suas obrigações no curto, médio e longo prazo. Ademais, possui apenas compromissos financeiros relativos à sua própria manutenção, que estão sendo adimplidos.

A companhia continua concentrando seus esforços em estudos aprofundados para identificar oportunidades de negócios, além de focar na prospecção ativa no mercado, buscando sempre novas possibilidades de crescimento.

GCB SECURITIZADORA II S.A.
Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expresso em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo Circulante		579	139
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	540	139
Outros Créditos		39	-
Valores a Receber de CRs	4	39	-
Ativo Não-Circulante		705	-
Outros Créditos		705	-
Tributos a Recuperar/Compensar		5	-
IRPJ e CSLL Diferidos	9	700	-
Total do Ativo		1.284	139
Passivo			
Passivo Circulante		140	162
Empréstimos e Financiamentos		-	9
Fornecedores	5	80	3
Obrigações Tributárias		9	-
Valores a Repassar de CRs	4	51	150
Patrimônio Líquido		1.144	(23)
Capital Social	6	5	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	2.499	-
Prejuízos Acumulados		(1.360)	(23)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.284	139

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GCB SECURITIZADORA II S.A.
Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

Demonstração do Resultado do Exercício	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas		(2.076)	(66)
Publicidade e Propaganda	7	(32)	-
Impostos, Taxas e Contribuições	7	(13)	(8)
Serviços Prestados por Terceiros	7	(84)	(3)
Distribuição de ativos	7	(1.882)	-
Despesas Gerais	7	(65)	(55)
Resultado operacional		(2.076)	(66)
Resultado Financeiro		39	43
Receita de Aplicações Financeiras de Liquidez	8	39	43
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(2.037)	(23)
IR e CSLL		700	-
IR/CSLL Diferidos	9	700	-
Resultado Líquido do Exercício		(1.337)	(23)
Resultado Atribuível aos Acionistas		(1.337)	(23)
Total do resultado líquido básico e diluído por ação (R\$)	6.c	(267,31)	(4,65)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GCB SECURITIZADORA II S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais)

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Líquido do Exercício	(1.337)	(23)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(1.337)	(23)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GCB SECURITIZADORA II S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Capital social subscrito	6.a	5	(5)	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	6.c	-	-	-	(23)	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		5	(5)	-	(23)	(23)
Integralização de capital	6.a	-	5	-	-	5
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.d	-	-	2.499	-	2.499
Resultado Líquido do Exercício	6.c	-	-	-	(1.337)	(1.337)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		5	-	2.499	(1.360)	1.144

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GCB SECURITIZADORA II S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expresso em milhares de Reais)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	(1.337)	(23)
Ajustes do resultado líquido do exercício	(700)	-
IRPJ e CSLL Diferidos	(700)	-
Resultado líquido ajustado	(2.037)	(23)
Variações de ativos e passivos		
(Aumento)/redução das contas de ativos	(44)	-
Valores a Receber de CRs	(39)	-
Tributos a Recuperar/Compensar	(5)	-
Aumento/(redução) das contas de passivo	(13)	153
Fornecedores	77	3
Obrigações Tributárias	9	-
Valores a Repassar de CRs	(99)	150
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	(2.094)	130
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de Capital	5	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.499	-
Empréstimos e Financiamentos	(9)	9
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	2.495	9
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	401	139
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	139	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	540	139
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	401	139

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GCB Securitizadora II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1) Contexto operacional

A **GCB Securitizadora II S.A. (“Companhia”)**, sediada em São Paulo-SP, foi constituída no dia 30 de setembro de 2022 e iniciou suas atividades em 4 de dezembro de 2023.

O objeto social da Companhia é (i) a aquisição e a securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados e/ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos mais variados seguimentos; (ii) a aquisição de debêntures emitidas por securitizadoras e/ou empresas que tenham como objeto social a aquisição de direitos creditórios padronizados ou não, vencidos e/ou a vencer, performados e/ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos mais variados seguimentos; (iii) a emissão e colocação nos mercados financeiros de capitais de títulos e valores mobiliários, que serão oferecidos e vendidos a investidores, nos âmbitos públicos ou privados; (iv) investimentos em plataformas digitais que tenham por objetivo automatizar o processo de aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados e/ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos mais variados seguimentos; (v) investimentos em plataformas digitais que tenham por objetivo automatizar o processo de cobrança e/ou alienação de dívidas oriundas da aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados e/ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos mais variados seguimentos; e (vi) quaisquer atividades acessórias ao cumprimento do objeto social da Companhia.

As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no Grupo GCB.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade operacional da Companhia, ou seja, com a presunção de que a entidade continuará a operar no futuro previsível. A Companhia possui um plano estratégico de negócios que prevê a origininação e venda de operações estruturadas de crédito que irão gerar resultados operacionais nos próximos exercícios.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a emissão de 47 Certificados de Recebíveis (1 em 2023) no valor total de R\$ R\$ 233.703 (R\$ 10 em 2023). Até 31 de dezembro de 2024, estavam ativas 48 emissões de Certificados de Recebíveis.

2) Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

(a) Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração e 23 de abril de 2025.

(b) Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

(c) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, quando aplicável.

(i) Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: Custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

Custo amortizado: O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. São classificados nesta categoria as contas a receber de clientes, de partes relacionadas, despesas antecipadas, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber;

Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. São classificados nesta categoria as Caixas e Equivalentes de Caixa.

(f) Redução ao valor recuperável

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(h) Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25:

(i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

(i) Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia constituiu créditos tributários, estes são reconhecidos por haver perspectiva consistente de sua realização.

(j) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(k) Novos pronunciamentos contábeis

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

(i) Pronunciamento contábeis vigentes

As seguintes alterações dos pronunciamentos contábeis tornam-se obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- Alteração da norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento mercantil de retorno;
- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Passivo não circulante com cláusulas restritivas (covenants);
- Alteração das normas IAS 7 (CPC 03 – R2) e IFRS 7 (CPC 40 – R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores.

As emissões/alterações de normas realizadas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

GCB Securitizadora II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Pronunciamentos contábeis emitidos e não efetivos

O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Aplicação antecipada permitida.
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) – Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas: • IFRS 1 (CPC 37 – R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; • IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; • IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; • IFRS 10 (CPC 36 – R3), abordando a determinação do “de facto agent”; e • IAS 7 (CPC 03 – R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 – R1) – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 19 (CPC 45) – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

3) Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta corrente	7	-
Aplicações financeiras (a)	533	139
Total	540	139

(a) O montante é composto por aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento.

GCB Securitizadora II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4) Valores com Certificados de Recebíveis

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber	39	-
Valores a repassar	(51)	(99)
Total	(12)	(99)

Os recursos referem-se a movimentações financeiras pendentes de realização entre a empresa e os Certificados de Recebíveis referente aos ativos pagaram cupom.

5) Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tinha R\$ 80 a pagar para Fornecedores de serviços relacionados as operações.

6) Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da GCB Securitizadora II, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 5 (R\$ 5 subscrito e R\$ 0 integralizado em 2023), dividido em 5.000 (5.000 em 2023) ações, com valor nominal de R\$ 1 (um Real) cada uma.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve a constituição de reserva.

(c) Resultados dos exercícios

Os resultados de exercício obtidos constituirão reservas até seus limites legais, ou serão convertidos em ações ordinárias no Capital Social quando acima dos limites possíveis de constituição de reservas ou serão distribuídos aos acionistas da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia apurou prejuízos e destinou para a conta de prejuízos acumulados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou um resultado líquido de R\$ 1.337 (23 em 2023), que dividido pela média ponderada das ações no mesmo exercício, que é de 5.000 ações ordinárias (5.000 ações, em 2023), representou um prejuízo por ação de R\$ 267,31 (lucro de R\$ 4,65 em 2023).

(d) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 2.499 (R\$ - em 2023).

GCB Securitizadora II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7) Despesas

As despesas abaixo são derivadas das atividades da Companhia.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Publicidade e propaganda	(32)	-
Impostos, taxas e contribuições	(13)	(8)
Serviços prestados por terceiros	(84)	(3)
Distribuição de ativos (i)	(1.882)	-
Despesas com advogados	(46)	-
Serviços de contabilidade	(14)	-
Tarifas bancárias	(5)	(4)
Outras despesas	-	(51)
Total	(2.076)	(66)

- (i) A despesa com distribuição de ativos refere-se a despesa incorrida com o pagamento para empresas do Grupo GCB que fazem este tipo de atividade e que distribuíram os Certificados de Recebíveis.

8) Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em fundos de investimentos.

(a) Receitas financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de aplicações financeiras	39	43
Total das receitas financeiras	39	43

9) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(2.037)	(2.037)	(23)	(23)
Adições/Exclusões	-	-	-	-
Resultado antes da compensação do prejuízo fiscal, base de cálculo negativa	(2.037)	(2.037)	(23)	(23)
(-) Compensação prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa.	-	-	-	-
Resultado tributável	(2.037)	(2.037)	(23)	(23)
Imp. de renda – Alíquota 15%	-	-	-	-
Imp. de renda – Alíquota 10%	-	-	-	-
Contribuição social – alíquota 9%	-	-	-	-
Receita (Despesa) de IRPJ e CSLL / Diferido	510	183	5	2

Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando as expectativas de resultados futuros, em atendimento as condições da legislação em vigor, e referem-se a prejuízos fiscais a serem utilizados para compensação de lucros futuros. Com base nas previsões da Companhia, a expectativa de realização foi classificada no longo prazo (não circulante).

10) Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível.

11) Partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 ocorreram transações envolvendo partes relacionadas conforme mencionado nas notas explicativas n°s 5 e 7, referente a distribuição de ativos.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

12) Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria independente.

13) Informações sobre emissão de Certificados de Recebíveis

A Resolução CVM nº 60, de 21 de dezembro de 2021, e alterações posteriores, requer, em se tratando de companhia securitizadora, que cada patrimônio separado seja uma entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento à essa disposição a Companhia não faz constar nas suas notas explicativas as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos.

14) Alterações societárias

Em 1º de outubro de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela (i) alteração do objeto social da Companhia; e (ii) a consolidação do Estatuto Social.

Em 1º de outubro de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela distribuição de lote adicional de Certificados de Recebíveis.

Em 3 de maio de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela (i) eleição de novos membros da Diretoria; e (ii) ratificação da composição da Diretoria.

GCB Securitizadora II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

16) Informações adicionais

Contador:

Odair Francisco Oberle

CRC 1 SP 113865/O-2

Diretor responsável:

Antonio Jardel Hetem Menezes